

1 ATA DA ASSEMBLEIA DOS ATINGIDOS SOBRE MORADIA
2 Gesteira - Barra Longa, 03 de Agosto de 2018
3 Reuniram-se em três de agosto de 2018, às 16:00, na sede da “Igreja Deus é Amor”,
4 atingidos e atingidas de Gesteira, para apresentar debater questões relacionadas ao
5 Reassentamento e a implantação do Auxílio Financeiro Emergencial, a reunião começou
6 com uma apresentação nominal/responsabilidade institucional dos integrantes da Renova
7 Presente, onde se verificou a presença do PIM, Reassentamento, Engenheiros Cívics,
8 Relacionamento Institucional, Dialogo Social, Jurídico, também se apresentaram o MPF,
9 Casa Civil, MP-MG, e uma estudante do doutorado em Geografia. Nesse momento a
10 comunidade começou a cantar uma música do cancionero da luta popular, “participando
11 sem medo de ser mulher. Após Vera declamou um texto de cunho religioso para a reflexão
12 do grupo e iniciar uma oração coletiva. “Gracinha”, em seguida, inicia a reunião
13 regatando os três anos de luta e a Assembleia do dia anterior, pedindo que a Fundação
14 pudesse trazer um caráter resolutivo e sincero na Reparação e reunião que se seguirá.
15 Pontuou a importância do trabalho feminino e dos direitos das mulheres. Em seguida,
16 Verônica Medeiros da Assessoria Técnica resgata o caráter da reunião, pontuando que a
17 reunião servirá para encaminhar seis pontos, conforme ofício 30/2018 enviado. Iniciou
18 historicizando o processo de reconhecimento da comunidade como atingida, que
19 culminou com 37 nomes para o Reassentamento, onde ficou combinado que referente a
20 nove pessoas que a Fundação tinha algumas dúvidas haveria um momento para relatos e
21 questionamentos, o que ocorreu nos dias 13 e 15 de Junho. Diante da síntese a Renova
22 pediu prazo até o dia 25 de Junho para enviar avaliações, mas não o cumpriu até o
23 momento. Simone a partir do relato apresentado, resgatou sua vivência e violações.
24 Hélder, Ministério Público Federal, demarcou as violações de direitos humanos presentes
25 no processo, inclusive a própria morosidade. Destacou sua preocupação com colocações
26 da Fundação acerca da intenção de transformar o CIF em instância de encastelamento das
27 decisões do povo, colocando a discussão para campos onde os atingidos não estejam.
28 Colou a responsabilidade objetiva da empresa com pessoas que são vítimas de um crime.
29 Indagou com o papel da empresa no território, se tem o caráter de Reparação ou de
30 economizador das finanças da empresa. Demarcou sua percepção de uma atuação de
31 empresa no sentido de dissuadir a organização coletiva do povo. Gilmar, atingido de
32 Gesteira, iniciou fala cobrando sobre o andamento do processo de regularização da
33 compra do terreno. Pontou a falta de respostas e o desconhecimento do andamento do
34 processo pelo povo. Requisitou mais informações como forma de garantir a participação
35 deles no processo, mas também como gerador de esperança. Falou que os atingidos tem
36 se sentido perdidos. Ele seguiu falando da importância das mulheres na luta da
37 comunidade e como as mulheres não podem ser excluídas da reparação, para exemplificar
38 isso, contou a história da sua família e como sua mulher sempre o ajudou na construção
39 da renda familiar e no sustento de seus filhos. Finalizou dizendo que os atingidos não
40 querem nada além do que é seu direito e que a comunidade é fruto do trabalho popular.
41 Vera, atingida, seguiu indagando o porquê do não reconhecimento do seu abalo a renda,
42 contou a história de como com muita luta construiu seu salão para sustentar seus filhos.
43 Hélder indagou o motivo para a perpetuação da desconsideração com o trabalho da
44 mulher, em casos tão escandalosos de direito. Vera resgatou a humilhação que tem
45 sentido. Júlio César, filho de Vera, contou a desconsideração da irmã como dependente
46 da família. O procurador resgatou o acordo do parque e o reconhecimento naquele
47 momento Gilvane, contou que teve que voltar após o rompimento, para cuidar da sua
48 família e até hoje não é reconhecimento. Na perspectiva de sintetizar as elaborações do
49 povo, Verônica Viana, advogada da AEDAS, pontuou dois problemas centrais mapeados
50 pela comunidade: vinculação de renda à propriedade e não força de trabalho; negação do



51 trabalho feminino; não reconhecimento da composição multifacetada da renda própria e
52 familiar; uso restritivo de orientadores legais para restringir direitos, vide o caso de não
53 reconhecimento de dependentes; e morosidade e não clareza no processo do processo de
54 cadastramento. Segundo a comunidade tem gerado a não garantia da Reparação Integral,
55 o empobrecimento das pessoas, destruição da perspectiva de continuidade da
56 comunidade. Fernanda, responsável pelo Reassentamento, iniciou o bloco de resposta,
57 iniciou pedindo desculpas, colocando que a compra do terreno tem se mostrado complexa
58 para a Renova, apesar afirmar sua responsabilidade. Resgatou a necessidade da
59 informação ser passada aos atingidos com certa frequência. Nesse sentido, pontuou a
60 dificuldade da compra por causa do valor. Hélder, colocou a possibilidade da
61 desapropriação e o interesse social. Fernanda, apontou as dificuldades da técnica da
62 desapropriação e que a tática é compra, por isso o impasse. Luís Tarcísio, MP-MG,
63 pontou duas coisas: 1) Os programas e ações da Renova tem que se enquadrar nas relações
64 sociais e não contrário, e indagou acerca da alteração do perímetro do terreno; 2) O
65 processo de compra não é responsabilidade da comunidade, uma vez definida a
66 preservação dos laços como prioridade, a fundação tem a técnica e os mecanismo para
67 materializar a compra. Fernanda resgatou a fala colocando que a alteração no perímetro
68 se refere a um terreno em litígio de usucapião. A comunidade definiu a retirada desse
69 parte do área do reassentamento. Rodrigo, negociador da Renova, tentou tranquilizar a
70 comunidade afirmando que não há problemas com a disposição para venda. Explicou o
71 processo da topografia e construção de um valor para o mercado, levando uma proposta
72 para o proprietário. Entretanto, nesse interim, o proprietário teve um problema familiar e
73 interrompeu as negociações, retornando-as semana passada, quando conseguiram retomar
74 a negociação. Nesse sentido foi encaminhado a **apresentação no dia 07 de Agosto de**
75 **uma agenda detalhada dos procedimentos necessários para a compra do terreno,**
76 **contendo o cronograma previsto no processo, inclusive com data prevista para a**
77 **compra do mesmo; bem como, a atualização constante das alterações do processo;**
78 também foi referendado o **acordo na redução do perímetro em litígio, referente a**
79 **parte em sobreposição do usucapião; além de entregar até o dia 17 dos estudos**
80 **preliminares ambientais, conforme já acordado.** Nesse momento, Fernanda fez o
81 resgate do processo de construção dos atingidos quanto a construção do polígono e dos
82 37 nomes que foram levantados que teriam direito ao reassentamento. Resgatou o
83 processo a partir da construção, critérios e parâmetros construídos pela comunidade
84 atingida. Sobre os 9 casos que estavam nos outros 3 critérios que a Fundação propôs
85 estudos de caso, dois a Fundação Renova entendeu que já estavam dentro dos sete
86 critérios aceitos pela mesma, quanto aos sete restante disse que não tinha resposta,
87 pedindo o aprofundamento do debate para possível decisão compartilhada. Helder afirma
88 que não consegue entender a necessidade da fundação de fazer este debate, considerando
89 o histórico do processo e acordos já realizados, a não ser numa perspectiva de revisão
90 restritiva. Seguiu enfatizando que a Fundação está negando o processo dos atingidos.
91 Helder citou o caso de pessoas que estão em área de risco e estão negados e perguntando
92 se a fundação pretende reconstruir uma casa para eles no mesmo lugar de risco. Afirmou
93 que a Fundação está de novo pensando apenas em números, de uma maneira fordista.
94 Verônica Medeiros, Assistente Social da AEDAS, retomou o que a Fernanda trouxe para
95 o povo, enfatizando que a Fernanda está dizendo que sete dessas pessoas não estão sendo
96 reconhecidos pela Fundação Renova. Verônica exemplificou que o mutirão já é o respaldo
97 construído anteriormente por esta comunidade, demarcando os vínculos profundos com
98 o território e com a terra. Demarca a violência e o caráter de revitimização que nesse
99 processo na prática significa revisão de direito. Afirmou que a reunião de hoje não é um
100 marco zero, resgatando os acordos já feitos e registrados no dia 15 de Junho de 2018,

101 quais sejam: os relatos individuais são parte do processo por isso devem servir de
102 base para desconsiderar o trabalho anteriormente feito, como, visita domiciliares,
103 relatos em grupos, decisão da comunidade, sem prejuízo de outras ferramentas não
104 citadas, mas devidamente documentada e reconhecida pela Renova e os Atingidos;
105 A finalidade dos estudos de situação social da pessoa pessoa/familiar reside na
106 ampliação do direito ao reassentamento e não a restrição de direitos; Esses estudos
107 são instrumentos complementares, não substituindo o processo construído com a
108 comunidade. A Fundação solicitou a disponibilização dos materiais resultantes do
109 processo participativo construído com a comunidade, sendo esse negado pela
110 Assessoria Técnica, argumentando que não vinha ao caso retomar essa etapa.
111 Ratificou que tais acordos não podem ser desrespeitados. Hélder e Luís Tarcísio
112 resgataram que o processo de discussão não foi o trazido pela Fundação Renova, inclusive
113 que não havia questionamento quanto a elegibilidade das pessoas, visto que foi acordado
114 que os estudos de caso não seriam usados para tirar direitos e desconstituir o auto
115 reconhecimento do povo. Foi demarcado desvio de finalidade no processo e o desrespeito
116 ao modo de vida. Fernanda pontuou a preocupação com o processo justo e com igualdade
117 de condições de atendimento das famílias atingidas, sugerindo outras medidas. Os
118 atingidos falaram da relação com a terra e com a comunidade e de como eles elaboraram
119 a reparação com a comunidade. Gracinha resgata o trabalho coletivo e a validade do
120 processo que já caminha para três anos, apontando que o não reconhecimento da validade
121 do processo, ela não participa mais, porque isso é a invalidação da organização dela junto
122 com a comunidade. Helder demarcou o caráter de continuidade da vida e destacou que a
123 morosidade tem provocado desestruturação familiar e mais alterações na vida das
124 pessoas. Na tentativa de encaminhar Verônica perguntou se Renova tem dúvidas sobre o
125 processo e propôs prazo para resposta exata. Luís Tarcísio, em uma metodologia de
126 reafirmação do auto reconhecimento coletivo, perguntou se faz parte do modo de vida o
127 reconhecimentos dos nove: a comunidade afirmou que sim; indagou se a comunidade
128 entendia um processo justo, afirmaram que sim. Nesse sentido, foi encaminhado que o
129 MPF faria requisição para que no **prazo de que 07 de agosto de 2018 até às 22:00 seja**
130 **enviado, para os MP's e Assessoria Técnica, estudo com relatório detalhado da**
131 **avaliação da Renova acerca dos nove casos ainda pendentes, bem como a realização**
132 **da devolutiva oficial para os atingidos de Gesteira na Assembleia Geral de Barra**
133 **Longa, com data prevista para o dia 14 de Agosto.** Pontuou a importância de tal
134 resposta na avaliação da concretização do TAC Governança, por dizer muito acerca do
135 respeito ou não da Participação popular, centralidade da dor da vida, posto que o que foi
136 demonstrado é que os atingidos tem sido tratado como objeto e não sujeitos. Fernanda
137 manifestou seu desconforto em debater o reassentamento na assembleia geral por
138 entender que não é espaço apropriado, por não se tratar do espaço de construção coletiva
139 até então estabelecido; ainda questionando que a opinião da Fundação não estaria sendo
140 levada em consideração. Helder afirma nesse momento que a Fundação seria mera
141 executora do processo de reparação. Júlio Cesar respondeu o pedido de apresentação da
142 metodologia e critérios apresentados pela renova, lembrou as várias vezes e formas em
143 que isso já foi feito. Gilmar falou dos danos que nunca serão reparado, da legitimidade
144 dos pleitos e pediu para que esse processo fosse feito sem tanta dor e desentendimento.
145 Gracinha resgatou o processo de Multirão, o trabalho coletivo do povo e a ampliação das
146 comunidades, destacando a legitimidade disso tudo. Maria, responsável pelo Auxílio
147 Financeiro Emergencial, destacou a pertinência das ponderações feitas pela comunidade,
148 retomando entrega do ofício SEQ 10745/2018/GJU em que foram apresentadas respostas
149 fundamentadas as demandas enviadas em lista pela assessoria técnica e construída com a
150 comunidade. Sendo colocado pela assessoria técnica que atualizações foram realizadas



151 acerca das informações constantes na listagem anterior, Maria solicitou que fosse
152 encaminhado por e-mail à eles para melhor avaliação. Num esforço de síntese foi
153 encaminhado, em acréscimo aos demais: **O envio de e-mail na terça feira (07/08) pela**
154 **Assessoria com lista atualizada das requisições do auxílio financeiro emergencial,**
155 **com ofício pontuando os principais apontamentos para revisão realizados pela**
156 **comunidade e demais espaços de discussões, destacando que a filmagem e ata**
157 **também deverão servir de base para estudo da Fundação, para que possa enviá-lo,**
158 **em forma de resposta por e-mail, até o dia 27/08; Acordado prazo de segunda à sexta**
159 **(06 a 10 de Agosto de 2018) para contato com as famílias para assinatura de termo**
160 **e finalizações burocráticas para possibilitar o pagamento do AFE no prazo de 45**
161 **dias com pagamento dos retroativos do Auxílio, a partir da assinatura do termo;**
162 **Envio de e-mail, por parte da Renova, com detalhamento do processo completo de**
163 **cadastro, contendo estimativa de prazos e atualizações quanto ao andamento**
164 **do processo de forma individualizada. Sobre o processo de cadastro foi acordado**
165 **que para aqueles que se recusassem a realização de outras etapas do cadastro, como**
166 **vistoria, isso seria dispensável ao que diz respeito ao reassentamento. E, para**
167 **aqueles casos de desmembramento, com realização anterior de vistorias no imóvel,**
168 **também não haveria necessidade. Foi pontuado pela assessoria a solicitação de**
169 **vistorias com famílias sem área atingida, considerando isso desnecessário. Envio de**
170 **e-mail na terça feira próxima (07/08), por parte da Fundação Renova, do**
171 **detalhamento individualizado das informações e andamento dos processos de**
172 **antecipação de indenização em Barra Longa, bem como qualquer outro processo**
173 **realizado pela comunidade para garantia do acompanhamento qualificado por**
174 **parte da Assessoria. Por fim, registra-se a entrega à Fundação Renova, com cópia para**
175 **o Ministério Público, de documento construído pela comunidade, de solicitação de**
176 **restituição de objetos importantes de uso coletivo perdidos na lama de rejeitos**
177 **proveniente do rompimento da barragem de fundão; além de ofício reiterando a**
178 **requisição de resposta imediata para os casos de Antônio Geraldo dos Santos e**
179 **Reginaldo Arlindo Silva, situações já encaminhadas para a fundação e sem resposta até o**
180 presente momento.

↓
FERNANDA LAVARELLO

RENOVA

Roberto José Segal
Luziane Maria da Silva

Tatiana Lessa Melo AEDAS

Fleirine Mendonça

WCS

Dr. J. J. J. J.

Dr.